

## DA INCLUSÃO ESCOLAR À AUTODETERMINAÇÃO

Sandra Beltrão Tavares Costa (1); Thayro Andrade Carvalho(4)

[sbtcosta@hotmail.com](mailto:sbtcosta@hotmail.com)

*UCES – Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales*

*Universidade Federal do Sul da Bahia*

**Resumo:** A nossa percepção de mundo manifesta-se ao longo do processo de desenvolvimento como consequência do desenvolvimento biológico e do desenvolvimento histórico cultural, encontrando nas relações sociais seu fator humanizador. O homem vai, portanto, além do biologicamente determinado e herdado, construindo assim, uma conduta organizada culturalmente. Assim, é importante contar com oportunidades na aquisição de conhecimentos, habilidades e crenças para encorajar a autodeterminação, que surge a partir do desenvolvimento e aquisição de uma mescla de componentes, como tomada de decisões, resolução de problemas, estabelecimento de metas e objetivos, auto-observação, autoavaliação e autorreforço, autoconsciência e autoconhecimento. A puberdade ocorrerá na pessoa com deficiência intelectual, caso não tenha nenhuma doença concomitante, da mesma forma que nos adolescentes considerados “típicos”. A autodeterminação é uma característica fundamental desta etapa da vida. Assim, questionamos: quais são as percepções de pais e mães sobre autodeterminação de seus filhos adolescentes entre 13 e 18 anos, com deficiência intelectual moderada? O objetivo desse artigo, que aborda uma parte de uma pesquisa maior da autora, é discutir a literatura concernente à autodeterminação, buscando analisar como pesquisadores e autores renomados contribuem com a temática. Para tanto, foi feita a consulta a artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados do scielo e da bireme, a partir das fontes Medline e Lilacs.

**Palavras-chave:** Autodeterminação, Inclusão, Deficiência Intelectual.

### Introdução

A nossa percepção de mundo manifesta-se ao longo do processo de desenvolvimento como consequência do desenvolvimento biológico e do desenvolvimento histórico cultural, encontrando nas relações sociais seu fator humanizador. O homem vai, portanto, além do biologicamente determinado e herdado, construindo assim, uma conduta organizada culturalmente.

Assim, é importante contar com oportunidades na aquisição de conhecimentos, habilidades e crenças para encorajar a autodeterminação, que surge a partir do desenvolvimento e aquisição de uma mescla de componentes, como tomada de decisões,

(83) 3322.3222

[contato@cintedi.com.br](mailto:contato@cintedi.com.br)

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

resolução de problemas, estabelecimento de metas e objetivos, auto-observação, autoavaliação e autorreforço, autoconsciência e autoconhecimento.

A família, grupo social primário, contribui para o desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos, apresentando funções primordiais, função biológica, sobrevivência do indivíduo e psicológica, base do desenvolvimento afetivo e cognitivo.

As pessoas têm crenças relacionadas à deficiência intelectual, que estão baseadas na natureza da deficiência e não em suas possibilidades, criadas em função das limitações orgânicas dos deficientes, reduzindo a deficiência aos seus componentes biológicos. Na deficiência intelectual estas crenças relacionadas à incapacidade podem eternizar uma superproteção além do esperado para uma pessoa sem as mesmas características, criando barreiras físicas, educacionais e atitudes para a participação social e cultural para as pessoas com deficiência intelectual.

A puberdade ocorrerá na pessoa com deficiência intelectual, caso não tenha nenhuma doença concomitante, da mesma forma que nos adolescentes considerados “típicos”. A autodeterminação é uma característica fundamental desta etapa da vida. Assim, questionamos: quais são as percepções de pais e mães sobre autodeterminação de seus filhos adolescentes entre 13 e 18 anos, com deficiência intelectual moderada?

O objetivo desse artigo, que aborda uma parte de uma pesquisa maior da autora, é discutir a literatura concernente à autodeterminação, buscando analisar como pesquisadores e autores renomados contribuem com a temática. Para tanto, foi feita a consulta a livros e artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados do Scielo e da Bireme, a partir das fontes Medline e Lilacs.

Os princípios e diretrizes para a ação no mundo da deficiência seguiu uma evolução claramente positiva nas últimas décadas, apontando cada vez mais para objetivos semelhantes aos de todas as pessoas. De negligência e marginalização inicial foi passada para a Educação Especial, e considerando a segregação gerada por esse modelo, passou-se para a normatização e integração de pessoas no meio ambiente menos restritivo, o que finalmente levou à inclusão educacional, trabalhista e social de indivíduos com base em modificações ambientais.

É nesses momentos em que apareceram as abordagens inovadoras e programas como o da escola inclusiva, que tem nos levado ao modelo dos “apoios”.

No Brasil a despeito das diferenças no modelo de educação especial, nos últimos anos têm ocorrido mudanças, sobretudo em nível da legislação, mas a aplicação do conceito de inclusão tem sido marcada pela carência e disparidades na prática educativa.

Contudo, ainda não foi determinada sua aplicação prática, embora alguns afirmem que a educação inclusiva é uma realidade em nossas escolas. Prosseguimos confundindo os conceitos de integração e inclusão social (VERDUGO, 2012). Embora estas práticas sejam análogas, a perspectiva e a filosofia destas construções são essencialmente diferentes.

O conceito de inclusão vai além do conceito de integração, ou seja, não se trata de garantir um mesmo ambiente para alunos “típicos” e com deficiência, os mesmos currículos e contextos. São necessárias muitas outras ações. É imperativo trabalhar as crenças e estereótipos, qualificar os professores e levar para escola toda a experiência da clínica. Deste modo, a escola inclusiva, como indicado por vários autores (MORIÑA, 2002; VERDUGO, 2012), compreenderia todos estes aspectos:

- a) destina-se não só aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas aos estudantes em geral;
- b) concentra-se na resolução de problemas mais que no diagnóstico;
- c) orienta-se pelos princípios de equidade, cooperação e solidariedade, considerando as diferenças como uma fonte de enriquecimento da sociedade;
- d) prezar pela inclusão total e incondicional dos alunos;
- e) profunda transformação do sistema educativo e uma ruptura das práticas tradicionais;
- f) centra-se na sala de aula, proporcionando os apoios necessários ao aluno, e não em programas específicos.

Esse processo termina levando ao paradigma dos apoios, a autodeterminação da pessoa e da procure por qualidade de vida.

## Autodeterminação

O conceito de autodeterminação em Psicologia surgiu na década de 40, com o desenvolvimento do campo da teoria da personalidade, mas seu quadro evolutivo foi orientando sua aplicação na educação especial e serviços, e de forma explícita, para pessoas com necessidades especiais (VERDUGO, 2001). Posteriormente, este conceito pode ser identificado no campo da psicologia motivacional (DECI e RAMOS, 1985; RYAN e DECI, 2000; RYAN, 1995), onde é chamado Teoria da Avaliação Cognitiva e depois Teoria da Autodeterminação. Tal processo tem nos impulsionado do paradigma dos apoios para a autodeterminação e desta para a qualidade de vida.

Em 1992, Wehmeyer propôs uma definição para comportamentos autodeterminados, e que estas condutas estariam relacionadas com:

As atitudes e capacidades necessárias para atuar como agente causal primário da própria vida e ser capaz de fazer escolhas em relação às próprias ações, livres de influências externas ou interferências inadequadas (WEHMEYER, 1992, p. 305).

Nesta definição, o substantivo “agente” descreve alguém que age ou tem a autonomia para agir, opcionalmente, força que causa mudança; o adjetivo “causal” é definido como algo que expressa ou indica causa, que denota a interação entre causa e efeito. Assim, ser agente causal da própria vida significa que a ação foi delineada para atingir um fim, ou seja, agir intencionalmente, isso significa que as pessoas podem exercitar sua influência sobre o que elas fazem (BANDURA, 1997).

Em 1996, Wehmeyer, modificou sua definição para incluir o atributo qualidade de vida, por esclarecer melhor a noção de autodeterminação. Portanto, após a revisão o comportamento autodeterminado, refere-se às ações volitivas que permitem ao indivíduo atuar como agente causal primário de sua própria vida e para manter ou melhorar sua qualidade de vida. Assim, já que se delineou anteriormente o significado de “agente causal”; volitivo refere-se ao ato de adotar escolhas conscientes ou tomadas de decisões com uma intenção deliberada.

Portanto, quando se analisa o conceito de autodeterminação, fica notório que o significado de determinação é sinônimo de determinante, que significa “um evento ou condição antecedente que causa de certa forma um evento” (WOLMAN, 1973, p. 97), emergindo no conceito de determinismo. Assim entendendo-se que os efeitos do comportamento humano, ou seja, causas do comportamento humano incluem fatores fisiológicos, estruturais, ambientais e ou orgânicos. Acerca deste contexto, no campo da

Psicologia da personalidade existe um debate histórico, sobre o funcionamento desses determinantes, sendo externos ou internos (WEHMEYER, 2001).

Assim, na contemporaneidade, o comportamento autodeterminado é entendido com a maneira como uma pessoa dispõe seu comportamento, refletindo quatro características: autonomia, autorregulação, empoderamento psicológico e autorrealização (WEHMEYER, 1996). Tais características surgem quando adquirimos os elementos que compõem a autodeterminação, dentre os quais incluem a tomada de decisões e escolhas, e resolução de problemas, estabelecimentos de metas e objetivos, aquisição de habilidades, atribuições positivas de eficácia, expectativas de resultados, aptidões de liderança e auto-gestão, autoconhecimento e autoconsciência (WEHMEYER, 1996, 2001).

Já em relação aos programas e serviços dirigidos a pessoas com necessidade especial, a autodeterminação tem sido utilizada para orientar práticas em diferentes contextos, desde que objetivem o bem-estar social até orientando serviços de educação especializada e apoio a adultos com deficiência intelectual (VERDUGO, 2001). Assim, é possível inferir que um estudo que atrele os conceitos representação social e autodeterminação, a pais de adolescentes com deficiência intelectual, possam propiciar transformações positivas e significativas nas práticas profissionais, organizacionais e de pesquisa, bem como em políticas sociais.

A partir da década de 70, as pessoas com deficiência no desenvolvimento começaram a defender o reconhecimento e a aceitação de suas capacidades, de falar por si mesmas e na tomada de decisões que afetam as suas vidas. Portanto, o conceito de autodeterminação que está relacionado à independência e autonomia, é extremamente útil para avaliarmos a tomada de consciência e controle de vida, por parte da pessoa com qualquer tipo de limitação ou dificuldade de aprendizagem, servindo de guia para a transformação na educação acadêmica, familiar e laboral.

O interesse em comportamentos autodeterminados ainda é recente, e a própria compreensão do conceito e suas implicações está em plena expansão. Mas, acreditamos que estes estudos devam ocupar um lugar predominante em investigações e práticas educacionais nos próximos anos. Assim, nos instiga à compreensão de que apesar dos avanços conseguidos, um dos principais problemas enfrentados hoje, partindo de uma visão geral, é a baixa expectativa de profissionais, pais e sociedade em reação às possibilidades de alunos e adultos com deficiência (VERDUGO, 2016).

Hudson (2006) afirma que boa parte da literatura sobre os processos de transição para a vida adulta e vida ativa das pessoas com deficiência consiste em propor orientações relativas às boas práticas a serem realizadas nesta área, por parte dos serviços e profissionais envolvidos. A transição para a vida adulta e vida ativa é um processo complexo, e não existe um fator único que seja absolutamente definitivo para garantir seu sucesso.

O termo "autodeterminação" tem dois significados principais: como um "conceito pessoal, referindo-se a questões de causalidade e controle pessoal no comportamento e na ação humana, e como conceito aplicado a grupos de pessoas que se referem aos seus direitos de determinar seu próprio estado político e autogoverno" (WEHMEYER, 2001b, p. 114). A maneira mais usada do termo é entendê-lo como um direito político, que influencia diretamente a compreensão do construto em serviços e suporte para pessoas com deficiência. Os dois significados do construto, seguindo Wehmeyer (2001b), que usa os dicionários de língua inglesa são sinônimos do termo autogoverno, que significa: 1) Exercer controle ou controle sobre si mesmo ou sobre si mesmo, ou 2) Tenha o direito ou poder de autonomia.

Em espanhol, seguindo o dicionário da língua espanhola da Real Academia Espanhola (1992), o conceito vem reduzido exclusivamente à dimensão política "decisão dos habitantes de uma unidade territorial sobre o seu futuro estatuto político" (p.164). A autodeterminação como conceito pessoal tem a ver com a Teoria da Autodeterminação em Psicologia.

O conceito surgiu na década de 40 do século passado, com o desenvolvimento do campo da psicologia da personalidade, e foi esse quadro evolutivo que orientou a sua aplicação na educação e nos serviços de forma mais direta para pessoas com deficiência. No entanto, "os debates em torno do 'determinismo' existem há séculos e é graças a reflexões em filosofia e teologia sobre determinismo que o conceito pessoal deve suas raízes tanto à psicologia quanto à educação" (WEHMEYER, 2001b, p. 115).

Posteriormente, este conceito é encontrado em trabalho teórico no campo da psicologia motivacional (DECI e RYAN, 1985; RYAN e DECI, 2000; RYAN, 1995) onde se torna conhecido primeiramente como Teoria da Avaliação Cognitiva e depois falar sobre Teoria da Autodeterminação. Na Espanha, Fierro (1993) fez uma reflexão interessante sobre o conceito de autodeterminação, relacionando-a não apenas a comportamentos auto-reguladores e autodirigidos, mas também com o conceito de liberdade. No que diz respeito aos programas e serviços para as pessoas, a autodeterminação tem sido usado para orientar

(83) 3322.3222

práticas em diferentes contextos, desde o escopo de bem-estar social até serviços de educação especial e apoio para adultos com deficiências de desenvolvimento e retardo mental.

Uma das definições de autodeterminação mais aceitas e divulgadas por cientistas e profissionais é a de Michael Wehmeyer (1996), que tem um grande número de pesquisas sobre o assunto: "Autodeterminação refere-se a agir como o principal agente causal da sua vida e fazer escolhas e tomar decisões em relação à sua própria qualidade de vida, sem influências externas ou interferências externas desnecessárias" (p. 24). O significado de 'determinação' na autodeterminação é sinônimo de 'Determinante', que significa "um evento ou condição antecedente que causa de certa forma um evento" (WOLMAN, 1973, p.97), e emerge do conceito filosófico de determinismo. Os determinantes do comportamento humano (isto é, as causas do comportamento humano) incluem fatores fisiológicos, estruturais, ambientais e / ou orgânicos, há um debate histórico permanente no campo da psicologia da personalidade sobre se esses determinantes são externos ou internos (WEHMEYER, 2001c).

Hoje, o comportamento autodeterminado é entendido como uma característica disposicional da pessoa. Em termos operacionais, as ações autodeterminadas refletem quatro características principais, que sempre devem aparecer: autonomia, autorregulação, empoderamento / empoderamento psicológico e auto-realização. Estas quatro características principais surgem quando as pessoas adquirem os elementos componentes da autodeterminação, dentre os quais incluem a escolha e a tomada de decisões, a resolução de problemas, o estabelecimento de metas e objetivos, aquisição de habilidades, lugar de controle, atribuições internas e positivas de eficácia, expectativas de resultados, aptidões de liderança e autogestão, autoconhecimento e autoconsciência (WEHMEYER, 1996a, 1996b, 2001b; WEHMEYER, KELCHNER e RICHARDS, 1996).

Considera-se que um comportamento é autônomo se a pessoa age de acordo com suas próprias preferências, interesses e / ou capacidades, e independentemente, livre de influência ou interferência externa ou indesejada. A maioria das pessoas não é completamente autônoma ou independente; portanto, a autonomia reflete a interdependência de todos os membros da família, amigos e outras pessoas com quem interage diariamente, assim como as influências do ambiente e da história.

A autorregulação permite que as pessoas analisem seus ambientes e seus repertórios de respostas para desenvolver nestes ambientes e tomar decisões sobre como agir, agir de fato e avaliar os resultados obtidos, e rever seus planos quando necessário. Pessoas

(83) 3322.3222

autorreguladas tomam decisões sobre que habilidades usar em uma situação; examinar a tarefa que estão desenvolvendo e disponível, e formular, lançar e avaliar um plano de ação, modificando quando necessário. Tradicionalmente, a autorregulação inclui auto-monitoramento (observação do próprio ambiente social e físico), auto-avaliação (fazendo julgamentos sobre a exatidão deste comportamento comparando o que é e fazer o que deveria ter sido feito) e, dependendo do resultado dessa auto-avaliação, autorreforço (autogerenciamento das consequências contingentes com a ocorrência de comportamentos objetivos).

Pessoas autodeterminadas agem com a convicção de que são capazes de realizar os comportamentos necessários para alcançar certos resultados em seu ambiente e, se eles executarem esses comportamentos, eles obterão os resultados desejados. Por fim, a pessoa autodeterminada é autoconsciente, desde que ela usa o conhecimento sobre si mesma de uma forma global e bastante precisa, bem como sobre as suas capacidades e limitações e o aproveita de maneira benéfica. O conhecimento de si mesmo se forma através da experiência com o meio ambiente e a interpretação de que cada um o faz, e é influenciado pela avaliação que os outros fazem, pelos reforços e pelas atribuições do próprio comportamento.

A autodeterminação pode ser ensinada e, para isso, foi essencial identificar os elementos componentes do conceito que foram previamente citados. Hoje existem muitos programas específicos que visam promover a aprendizagem de habilidades de autodeterminação nas escolas (DOLL, SANDS, WEHMEYER e PALMER, 1996; TAMARIT, 2000) e o conceito também é uma parte essencial de muitos programas e iniciativas desenvolvidas na vida adulta de pessoas com deficiência (BAMBARA, COLE e KOGER, 1998; BELFIORE e TORO-ZAMBRANA, 1994).

A pesquisa de Wehmeyer mostrou que a autodeterminação é também limitada por fatores ambientais (2001b; WEHMEYER, KELCHNER e RICHARDS, 1996), sendo favorecida nos ambientes residenciais e de trabalho da comunidade (WEHMEYER e BOLDING, 2001). Por esta razão, o autor propõe um modelo ou teoria Funcional da autodeterminação (WEHMEYER 1996, 1998; WEHMEYER, KELCHNER, & RICHARDS, 1996; WEHMEYER, 2001b) que inclui tanto o aprendizado (desenvolvimento), as experiências (oportunidades), juntamente com as quatro principais características (autonomia, autorregulação, fortalecimento e auto-realização).

Por outro lado, o conceito de autodeterminação tem sido aplicado na prestação de serviços, pesquisa e defesa da deficiência como forma de melhorar a qualidade de vida e aumentar a prestação de ajuda às pessoas com deficiências. A utilização do conceito de qualidade de vida com estudantes e adultos com deficiência permite concentrar atividades, programas e serviços nas pessoas, dando especial relevância à sua própria perspectiva, satisfação e bem-estar pessoal. A aplicação do conceito de qualidade de vida e de autodeterminação em favor da pessoa com deficiência são bastante recentes e mantêm muitas das chaves do futuro atual e imediato para alcançar uma transformação positiva e significativa das nossas práticas profissionais, organizacionais e de pesquisa, bem como política social.

### **Considerações Finais**

As pesquisas mostram que os profissionais, os serviços educacionais e de trabalho e as famílias podem ajudar os alunos a desenvolver habilidades, oferecendo serviços, apoio adequado e oportunidades para facilitar a aprendizagem e as experiências, orientadas para o trabalho e inclusão social. E a identificação do conceito de autodeterminação relaciona-se hoje com independência e autonomia das pessoas (WEHMEYER, 1997, 2006). É um conceito muito útil para examinar a progressiva consciência e controle das pessoas com qualquer tipo de limitação ou dificuldade em aprender (VERDUGO, 2000).

### **Referências**

BAMBARA, L. M., COLE, C. L., e KOGER, F. Translating self-determination concepts into support for adults with severe disabilities. *Journal of Association for Persons with Severe Handicaps*, 1998, 23,27–37.

BELFIORE, P. J. e TORO-ZAMBRANA, W. Recognizing choices in community settings by people with significant disabilities. Washington: AAMR Innovations, 1994.

DECI, E.L. e RYAN, R. (1985). Intrinsic motivation and self-determination in human behavior. New York: Plenum. Dicionario de la lengua española. (1992). Madrid: Real Academia Española.

DECI, E. L. e RYAN, R. M. The “what” and “why” of goal pursuits: human needs and the self-determination of behavior. *Psychological Inquiry*, 2000, 11, 227–268.

DOLL, B., SANDS, D., WEHMEYER, M., e PALMER, S. B. Promoting the development and acquisition of self-determined behavior. In D. Sands & M. Wehmeyer (Eds.), *Self-determination across the life span: Independence and choice for people with disabilities* (pp. 65–90). Baltimore, MD: Brookes, 1996.

FIERRO, A. Para una ciencia del sujeto. Investigación de la persona (lidad). Barcelona: Anthropos, 1993.

MORIÑA, A. El camino hacia la inclusión en España. Una revisión de las estadísticas de Educación Especial. *Revista de Educación*, 2002, 327, 395-414.

RYAN, R. M. Psychological need and the facilitation of integrative processes. *Journal of Personality*, 1995, 63, 397-427.

RYAN, R. M. e DECI, E. L. Self-Determination Theory and the Facilitation of Intrinsic Motivation, Social Development, and Well-Being, University of Rochester, American Psychologist Copyright 2000 by the American Psychological Association, Inc. 0003-066X/00/\$5.00 Vol. 55, No. 1, 68-78 DOI: 10.1037/110003-066X.55.1.68.

TAMARIT, J.. Autismo: modelos educativos para una vida de calidad. *Rev neurol* 2005; 40 (Supl 1): S181-S186

VERDUGO, M. e SCHALOCK, R. (2001). El concepto de calidad de vida en los servicios humanos. In M.A. Verdugo e J. Urríes (coord.). *Apoyos, autodeterminación y calidad de vida* (105-112). Salamanca: Amarú.

VERDUGO, M., BENITO, M., ORGAZ, B., URRÍES, F., MARTÍN, R. & SANTAMARIA, M. Influencia de un programa de empleo con apoyo en la calidad de vida percibida de sus usuarios. *Siglo Cero*, 2012, 43, 69–83.

VERDUGO, M. G. (2016). Habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência intelectual para promover a sua autodeterminação, Catedrático de Psicología de La Discapacidad Director del INICO, Universidad de Salamanca.

WEHMEYER, Michael; BOLDING, Nancy - Enhanced self-determination of adults with intellectual disability as a result of moving to community-based work or living  
(83) 3322.3222

environments. *Journal of Intellectual Disability Research*. ISSN 1365-2788. 45:5 (2001) 371–383.

WEHMEYER, M. L. (1992). Self-determination and the education of students with mental retardation. *Education and Training in Mental Retardation and Developmental Disabilities*, 27, 302-314.

WEHMEYER, M. (1996). Self-determination as an educational outcome: why is it important to children, youth and adults with disabilities?. In D. J. Sands & M. L. Wehmeyer (eds.). *Self-determination across the life span: independence and choice for people with disabilities* (pp. 15-34). Baltimore, MD: Paul H. Brookes.

WEHMEYER, M. L., KELCHNER, K., e RICHARDS, S. Individual and environmental factors related to the self-determination of adults with mental retardation. *Journal of Vocational Rehabilitation*, 1995, 5, 291- 305

WEHMEYER, M. Self-determination and mental retardation. In L. M. Glidden (ed.). *International review of research in mental retardation* (pp. 1-48). San Diego, CA: Academic Press, 2001.

WOLMAN, B. B. *Dictionary of behavioral science*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1973.